

O Ensino Médio no Brasil e o Instituto UNIBANCO: um caso de privatização da educação pública e as implicações para o trabalho docente

Maria Raquel Caetano¹

RESUMO

Este artigo analisa as implicações do Programa Jovem de Futuro, para a gestão da educação e das escolas de ensino médio no âmbito da parceria efetivada entre o público, representado pelo MEC, e o privado, pelo Instituto Unibanco, para efetivação do Programa nas redes estaduais de ensino. Parte do pressuposto de que a redefinição do papel do Estado ocorre como consequência da crise atual do capital e pelas estratégias de superação através das ações do Estado, fomentando reformas na educação no Brasil e no mundo. Dessa forma, analisaremos, neste artigo, como ocorre a privatização do público na proposta do Instituto Unibanco através do Programa Jovem de Futuro, abordando as implicações para o trabalho docente através da análise do conteúdo da proposta de gestão do programa.

Palavras-chave: Gestão. Privatização. Programa Jovem de Futuro.

High Schooling in Brazil and UNIBANCO Institute: a case of privatization of public education and the implications for teaching

ABSTRACT

This article analyzes the implications of Youth of Future Program for the management of education and high schools within the effective partnership between the public, represented by MEC, and private, by Unibanco Institute, for realization of the program in state education

¹ Professora e Coordenadora da Pós-Graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio grandense-Campus Charqueadas. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integra o grupo de pesquisa "Parcerias entre sistemas públicos e instituições privadas do terceiro setor: Brasil, Argentina, Portugal e Inglaterra: implicações para a democratização da educação. E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com.

networks. It assumes that the redefinition of the state's role is as a result of the current crisis in the capital and the coping strategies through state actions, fostering reforms in education in Brazil and worldwide. Thus, we will analyze in this article, how privatization of the public occurs by the proposal of Unibanco Institute through the Youth of Future Program, addressing the implications for teaching by analyzing the content of the program management proposal.

Keywords: Management. Privatization. Youth of Future Program.

La enseñanza secundaria en Brasil y el Instituto UNIBANCO: un caso de privatización de la educación pública y sus implicaciones para el trabajo docente

RESUMEN

Este artículo analiza las implicaciones del Programa Joven de Futuro, para la gestión de la educación y de las escuelas secundarias en el ámbito de la asociación efectiva entre el público, representado por el MEC, y privado, por el Instituto Unibanco, para la efectivación del Programa en el sistema escolar estatal. Parte de la presuposición de que la redefinición del papel del Estado ocurre como consecuencia de la crisis actual del capital y por las estrategias de superación a través de las acciones del Estado, fomentando reformas en la educación en Brasil y en el mundo. Por lo tanto, analizaremos, en este artículo, como ocurre la privatización del público en la propuesta del Instituto Unibanco a través del Programa Joven de Futuro, enfocando las implicaciones para el trabajo docente mediante el análisis del contenido de la propuesta de gestión del programa.

Palabras clave: Gestión. Privatización. Programa Jovem de Futuro.

Introdução

As redefinições do papel do Estado neste período histórico e como ela se materializou no Brasil, a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado, instituiu a administração pública gerencial no mandato

do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), intelectual orgânico da Terceira Via, em que uma das estratégias propostas é o Terceiro Setor, observando-se continuidades na gestão do presidente Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015). Por tal motivo, é essencial entendermos as contradições do sistema capitalista, que se manifestam em todas as esferas da vida e no contexto mundial do capitalismo atual, a reforma do Estado, a gestão gerencial, a educação e as novas demandas para a formação de mão de obra com adequação ao modo de acumulação flexível (HARVEY, 2004).

A crise que o mundo enfrenta é uma “crise estrutural profunda e cada vez mais grave, que necessita da adoção de medidas estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável” (MÉSZÁROS, 2011, p.3). Em conferência realizada em Salvador, no Brasil em 13 de junho de 2011, o autor afirma que, apesar de comumente a crise ser apresentada como atual, ele discorda de que ela tenha se originado em 2007, com a explosão da bolha habitacional dos Estados Unidos. A crise teria começado na década de 70, e Mézszáros (2011, p. 3) já apresentava que seus desdobramentos “salientavam dramaticamente a intensificação da crise estrutural global do capital”.

Para Mézszáros (2002), a situação de desemprego estrutural que surge a partir da década de 70 com a nova crise do capital reflete a destrutividade que esse sistema sociometabólico necessita adotar a partir deste momento. Posto que o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação, quando se põe qualquer restrição à efetivação dessas, ele se mostra disposto a todo tipo de resposta, até mesmo no sentido de uma autodestruição anunciada, se necessário, para manter seus ganhos econômicos. Nesse sentido, Mézszáros (2002) coloca que, com a crise, o capital passa a avançar de maneira explosiva sob a natureza, o homem e o mundo do trabalho, criando uma situação insustentável.

O artigo orienta-se pela apresentação e reflexão da política educacional - Programa Ensino Médio Inovador e o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro do Instituto Unibanco no que diz respeito ao conteúdo da proposta de gestão escolar para resultados e as implicações para o trabalho docente. No desenvolvimento metodológico,

procedemos ao levantamento e análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema). Nesse artigo, abordaremos as produções já realizadas por Mofacto (2014), o Relatório do Seminário Internacional sobre Privatização na Educação, organizado pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE, 2012) e Open Society, e o Relatório Privatisation in Public Education, de Stephen Ball e Deborah Youdell (2008), além do aporte teórico de outros autores.

A privatização do público

No contexto do capitalismo atual, as reformas na gestão pública, bem como as reformas educacionais, propõem alterar as estruturas da escola, promovendo mudanças administrativas e pedagógicas com a implantação de uma gestão educacional apoiada no modelo empresarial, orientadas pelos princípios gerenciais. A ênfase dada à gestão gerencial na educação, a partir dos anos 90, no Brasil, e aprofundada até os dias atuais, deve ser analisada na construção do discurso de que a qualidade na educação depende da eficiência e eficácia do sistema público de ensino representado através dos resultados e da alteração na lógica da gestão da educação. A falta de produtividade da escola (FRIGOTTO, 2010) vem alicerçando as justificativas para a expansão do setor privado e do terceiro setor mercantil, mediando a produtividade para o mercado e introduzindo formas de privatização da escola pública.

As diferentes manifestações da privatização da educação pública se tornam uma prática de gestão adotada pelos sistemas públicos para imprimirem uma suposta qualidade na educação sob a ótica dos resultados. Para isso, utilizam-se de diversas estratégias, entre elas os contratos de gestão, termos de cooperação, PPPs, que formam “quase-mercados”, em que a propriedade permanece pública, mas o conteúdo da gestão é privado.

A privatização, a terceirização, a descentralização e a publicização são estratégias gerenciais consideradas modernizadoras presentes na proposta de Reforma do Estado para diminuir o papel do Estado perante as políticas sociais e a educação pública que se situa no marco referencial dos organismos multilaterais, especialmente do Banco

Mundial, propiciando os quase-mercados. Nossas análises partem da compreensão de que a privatização da educação está inserida em um movimento maior de reformas estruturais adotadas como estratégia para a superação da crise do capital.

As tendências à privatização estão tendo maior ou menor influência nos diferentes países e se concretizam de diferentes formas nos sistemas de educação pública. No Brasil, o Relatório² sobre Privatização da Educação na América Latina e Caribe (2012) aponta a atuação do terceiro setor e a presença de negócios transnacionais ligados a setores financeiros e privados tradicionais do país. Nesse contexto, inserem-se os estudos já realizados no Brasil por Adrião (2014), Peroni (2013), Adrião e Garcia (2014), Oliveira (2009), Caetano (2013, 2015) entre outros.

Essas tendências descritas se dão tanto de forma direta, a exprivatização, quanto indireta, a endoprivatização, conforme Ball e Youdell (2008). A endoprivatização opera através da instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública. Um dos exemplos de endoprivatização pode ser a transferência do desenvolvimento curricular que é um elemento-chave na definição do ensino à iniciativa privada. A endoprivatização também pode estar relacionada com a contratação de outros serviços privados nas escolas públicas, como, por exemplo, a formação de professores, gestores, a contratação de consultorias educacionais, serviços de avaliação, entre outros.

No âmbito desse texto, abordaremos o contexto da endoprivatização para compreender como opera o Instituto Unibanco no Programa Jovem de Futuro nas escolas públicas de Ensino Médio no Brasil.

O Instituto Unibanco (IU)

O Instituto Unibanco foi criado em 1982, inicialmente para promover as ações e os investimentos sociais do banco. Buscando

² Este relatório é fruto das discussões do Seminário Internacional sobre Privatização na Educação organizado pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) e Open Society, aliança com o Fórum Nacional de Educação de Qualidade para Todos, em que foram discutidas as diferentes faces da privatização da educação na América Latina e Caribe.

obter maior impacto social, em 2002, redirecionou sua atuação para a educação, desenvolvendo projetos próprios.

Em 2007, o Instituto concebeu e implantou o Projeto Jovem de Futuro, de forma experimental, em três escolas paulistanas. No ano seguinte, aplicou o projeto piloto em 20 instituições de ensino de Minas Gerais e 25 do Rio Grande do Sul. Já em 2009, o projeto se expandiu para mais 41 escolas do estado de São Paulo. Em 2011, as unidades participantes da fase experimental tornaram-se as primeiras a cumprir todo o ciclo do Ensino Médio sob a ação do Jovem de Futuro e deram subsídio para a validação do projeto e para sua aplicação em larga escala, em parceria com o Programa Ensino Médio Inovador, do Ministério da Educação, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE) e cinco Secretarias Estaduais de Educação, como política pública estadual de ensino. A parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Unibanco (IU) ocorreu através de um termo de cooperação técnica entre o MEC e o IU (INSTITUTO UNIBANCO, 2012).

Apresentamos que a privatização por dentro da escola, ocorre na execução das políticas, através do desenvolvimento do currículo, considerado elemento fundamental para a definição do processo de ensino e aprendizagem. Ainda opera na formação de professores e gestores que, em muitas situações, são executados pelas empresas privadas com um enfoque empresarial.

O Programa Ensino Médio Inovador e o Jovem de Futuro do Instituto Unibanco

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) foi instituído em 2009 em uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), sendo parte integrante das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). De acordo com o Documento Orientador, o ProEMI propõe o redesenho dos currículos do Ensino Médio nas escolas públicas estaduais. Para desenvolver o ProEMI, as secretarias de educação estaduais devem realizar a adesão voluntária. As escolas participantes do programa recebem apoio técnico e financeiro através do Programa Dinheiro Direto

na Escola (PDDE) para elaboração e execução do projeto de redesenho curricular.

O ProEMI foi instituído em um contexto no qual o Ensino Médio brasileiro ainda não alcançou a universalização da escolarização da população de 15 a 17 anos de idade. No documento orientador de 2013, o programa é concebido como alternativa para atendimento às necessidades do estabelecimento de políticas públicas consistentes que garantam o direito a um Ensino Médio de qualidade para todos. Além disso, a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009 prevê a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos e amplia a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, incluindo-se o Ensino Médio.

No contexto do ProEMI, as escolas são induzidas, de acordo com o documento orientador (BRASIL, 2013), a reorganizar os currículos em conformidade com os documentos legais da educação nacional e as bases legais constituídas pelos sistemas estaduais de educação. As escolas devem formular um Projeto de Redesenho Curricular (PRC) com o intuito de inovar na construção do currículo do Ensino Médio. Dessa forma, espera-se que a escola elabore um plano que atenda as suas reais necessidades, contemplando não apenas os conteúdos-base para essa etapa de ensino, mas também as especificidades do contexto local/regional.

Na elaboração do Projeto de Redesenho Curricular - PRC, as escolas deverão propor o desenvolvimento de ações que apresentem diferentes formatos, sendo eles: “disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisa, trabalhos de campo, e demais ações interdisciplinares.” (BRASIL, 2013, p. 13). Para a realização das atividades propostas, as escolas poderão adquirir materiais e tecnologias educativas, além de oferecer cursos de formação para os professores envolvidos.

ProEMI/ Jovem de Futuro

Em 2011, o projeto Jovem de Futuro, do Instituto Unibanco, passou a ser ofertado para os estados brasileiros em conjunto com o

ProEMI. Dessa maneira, a partir desse ano, no momento da adesão, os estados interessados passaram a ter a opção de aderir apenas ao ProEMI ou ao ProEMI/ Jovem de Futuro. O Jovem de Futuro apresenta como proposta o desenvolvimento da gestão escolar voltada para resultados, visando duas metas principais: o aumento do desempenho dos alunos e a diminuição dos índices de abandono escolar. O Jovem de Futuro (JF), segundo ele mesmo, é um projeto de duração de três anos com foco no fortalecimento da gestão escolar, apresentando-se como caminho para a melhoria da qualidade da educação pública no Ensino Médio. Sua proposta gira em torno do investimento e do monitoramento de recursos técnicos e financeiros em escolas públicas de Ensino Médio regular.

Para a utilização dos recursos financeiros e técnicos disponibilizados, o JF propõe a elaboração e a implementação de um “Plano de Ação” que prevê a participação da comunidade escolar, com foco em dois objetivos principais: a melhoria significativa do desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; e a diminuição dos índices de evasão. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE) realiza as avaliações de impacto do ProEMI/JF. A escola, ao aderir ao programa, recebe R\$ 100,00/aluno/ano para financiar as ações estratégicas previstas nesse plano.

O programa parte da ideia de que modificando a gestão da escola de Ensino Médio, os problemas de evasão e reprovação – chamados de fracasso escolar - sejam abolidos. Freitas (2012, p.383) analisa que “a ênfase em gestão e adição de tecnologia são características da forma como os empresários fazem modificações no âmbito da produção. A lógica é transferida para o campo da educação.” É o caso do JF que utiliza programas padronizados para os diferentes estados do país e um forte controle e monitoramento dos resultados. Apresentamos a seguir o conteúdo da proposta do Ensino Médio Inovador (ProEMI/MEC) e, ao lado, o conteúdo da proposta do Projeto Jovem de Futuro(ProEMI/JF) do Instituto Unibanco.

Quadro 1 - ProEMI e ProEMI/JF

ENSINO MÉDIO INOVADOR (MEC)	PROJETO JOVEM DE FUTURO (IU)
Centralidade no currículo e na questão pedagógica	Centralidade na gestão e avaliação dos resultados
Ênfase nas atividades e projetos integradores	Ênfase no planejamento e monitoramento
Metodologias e referências para a organização curricular	Metas e indicadores
Apoio ao projeto político pedagógico da escola	Apoio às políticas públicas do estado

Fonte: Simões, C. A. **Capacitação de diretores**. São Paulo, 2011.

No quadro apresentado, podemos considerar o foco do ProEMI, que é o currículo e as questões pedagógicas, ou seja, o processo e o foco do JF é a gestão escolar para resultados. Consideramos, também, nas duas propostas, que o princípio da gestão democrática envolve tanto o currículo quanto a proposta de gestão da educação e da escola. A gestão para resultados não é um mecanismo da gestão democrática, tendo em vista as ferramentas que são utilizadas baseadas nas práticas mercantis voltadas para avaliação, indicadores e resultados que desconsideram o processo educacional democrático e as práticas escolares voltadas para a formação do sujeito histórico e social (CAETANO, 2013). Na nossa concepção, as propostas são incompatíveis.

A ideia de um currículo construído pelo coletivo da escola e baseado na qualidade do processo educacional em todas as suas instâncias e com recursos financeiros poderá obter bons resultados. Não é um programa gestado fora da escola que vai garantir o sucesso ou o fracasso da educação.

A ação do PROEMI/JF contempla uma ampliação do tempo dos estudantes na escola e uma diversidade de práticas pedagógicas padronizadas, denominadas “metodologias Jovem de Futuro” que são oferecidas através de um cardápio. São metodologias preestabelecidas e iguais para todas as escolas do país, não considerando as diversidades e singularidades das escolas. A partir de 2010, o PJF aparece no Guia de Tecnologias Educacionais do MEC, na categoria gestão educacional e com o Projeto entre Jovens na categoria ensino e aprendizagem.

O JF incentiva ainda o desenvolvimento de um trabalho de gestão escolar voltado para a obtenção de resultados predefinidos, que estão distribuídos em três eixos centrais: aluno, professor e gestão. Os eixos apresentados referem-se aos públicos-alvo na execução das ações propostas pela escola, sendo que, para cada eixo, existem dois resultados de referência. No quadro 2, aparecem os resultados esperados na execução do projeto.

Quadro 2 - Resultados esperados do Projeto Jovem de Futuro

ALUNOS	PROFESSORES	GESTÃO ESCOLAR
R1- alunos com competências e habilidades desenvolvidas em LP e MA. R2 – Alunos com alto índice de frequência.	R1 – Professores com alto índice de frequência. R2 – Práticas pedagógicas melhoradas.	R1 – Gestão Escolar por resultados. R2 – Infraestrutura da escola melhorada.

Fonte: Relatório Unibanco, 2013.

O que chama a atenção no quadro apresentado na questão dos resultados é a ênfase dada ao currículo, especialmente em Português e Matemática. Além disso, o foco no trabalho do professor diz respeito às práticas pedagógicas e a frequência do professor na escola, uma espécie de controle do que e como será ensinado.

Assim, os resultados esperados para todas as escolas que aderem ao programa são os mesmos, independentemente das necessidades, dos locais e dos sujeitos que atendem. Pautadas nesses objetivos e resultados, elaboram seus “Planos de Ação” programando as atividades que deverão ser desenvolvidas. O conjunto de orientações do projeto define ainda que este “Plano de Ação” deve ser elaborado a cada ano letivo. Destaca-se que o PJF induz as parcerias como apresentado no indicador diversidade de parcerias existentes na escola, que faz parte da avaliação.

Além das ações desenvolvidas no âmbito da escola, o projeto prevê ainda um acompanhamento a ser realizado por supervisores externos à escola. Esses supervisores são responsáveis pela supervisão, pela orientação técnica e administrativa do projeto junto às escolas,

além de acompanharem a execução do “Plano de Ação”. O Jovem de Futuro atualmente é realizado em dois formatos de parceria distintos e, de acordo com o formato de parceria, os supervisores podem ser do Instituto Unibanco ou da Secretaria de Estado de Educação, parceira no projeto (MOFACTO, 2014).

Cabe ressaltar que o PJF possui três fases: a implantação, a validação e a disseminação. A validação é a fase piloto em que o Instituto Unibanco faz a gestão direta do projeto e o repasse de recursos financeiros, advindos do próprio Instituto, para a execução do projeto nas escolas. Com apoio e consentimento das Secretarias de Educação dos Estados, o Instituto, na figura dos seus supervisores, realiza visitas técnicas às escolas e reuniões de monitoramento e orientação de ações com as instituições, para orientação e suporte técnico, acompanhamento das ações e dos recursos financeiros recebidos pela escola. Além disso, os supervisores ministram, ao longo de três anos, o Curso de Formação “Gestão Escolar para Resultados” aos gestores escolares. Essa formação tem como objetivo capacitar o grupo gestor para a implementação do modelo de gestão voltado para os resultados.

Já a disseminação é a fase em que as Secretarias de Educação se encarregam da gestão direta do projeto nos estados, sendo os recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o repasse dos recursos de responsabilidade do MEC, que o faz através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O Ministério da Educação e o Instituto Unibanco assumem papéis diferenciados em relação à coordenação do ProEMI/JF. O MEC coordena o ProEMI e o Instituto o JF, de maneira que as ações propostas pelo JF estejam em acordo com as regulamentações que orientam o ProEMI.

O papel do Instituto Unibanco na disseminação é realizar a orientação técnica e a formação das equipes responsáveis pela organização, orientação e execução do projeto no Estado (Coordenador do ProEMI/JF no Estado, Supervisores do ProEMI/JF do Estado, Técnicos de apoio à gestão e Gestores Escolares). Dessa forma, o Instituto oferece consultoria técnica diretamente à Coordenação do ProEMI/JF no Estado, através de seus gestores locais e realiza um Curso de Formação “Gestão Escolar para Resultados” para a equipe executora da Secretaria de

Educação (supervisores e técnicos de apoio à gestão) e para os gestores escolares. Esse Curso acompanha o processo de implementação do ProEMI/JF nos Estados (MOFACTO, 2014).

Avançam as formas de privatização do público, conforme descrevem Ball e Youdell (2008) através da consultoria dada pelo IU/JF diretamente aos técnicos estaduais, da formação de gestores da secretaria de educação e da escola, ou seja, o conteúdo da proposta fica sob a responsabilidade da instituição privada. Questiona-se nesse caso qual formação? Para qual sujeito? Para qual sociedade?

O modelo de implementação do ProEMI/JF adotado pelo Instituto para todos os Estados foi o formato de ciclos, cada um com duração de três anos. Sendo assim, após cada ciclo completar três anos, o Instituto encerra as suas ações de intervenção no Estado, permanecendo apenas o ProEMI, pois esse é um programa do MEC, que tem tempo indeterminado de duração.

O conteúdo da proposta: a Gestão Escolar para Resultados, a formação de gestores e professores

O Curso Gestão Escolar para Resultados ocorre tanto na implementação quanto na validação e na disseminação do ProEMI/JF. Esse curso, ministrado pelo Instituto Unibanco, visa preparar os supervisores das secretarias de educação, os técnicos de apoio à gestão e os gestores escolares para a implementação do ProEMI/JF nas escolas.

Para Mofacto (2014), o Curso de Formação “Gestão Escolar para Resultados” (GEpR) é uma das ações que dá suporte para os Estados que fazem a sua adesão e tem seu início simultâneo com o ProEMI/JF no Estado. O curso é realizado ao longo dos três anos de acompanhamento e orientação feitos pelo IU, com dois encontros por ano, sendo desenvolvido pela equipe de Gestores de Aprendizagem do Instituto Unibanco. Ele apresenta como justificativa o intento de promover discussões sobre uma gestão escolar que trabalhe em busca de resultados e que, dessa forma, possa impactar na qualidade da educação pública, destinado ao trio gestor da escola (gestor escolar, coordenador pedagógico e um professor) com o objetivo de levantar

elementos para o desenvolvimento de uma gestão escolar voltada para resultados.

Segundo Mofacto (2014), o curso, ao mesmo tempo, pretende desenvolver uma reflexão sobre o trabalho do supervisor do ProEMI/JF, do técnico de apoio à gestão e do gestor escolar e promover uma reflexão crítica sobre a educação brasileira, o papel da escola na sociedade e o papel do gestor nas transformações ocorridas no espaço escolar, nesse caso, com a lógica gerencial mercantil. O propósito do curso é que as discussões/reflexões abram caminhos para que os gestores escolares e os supervisores das Secretarias de Educação aprendam a elaborar um planejamento estratégico que esteja alinhado ao Projeto Político-Pedagógico da escola e, a partir dele, possam elaborar planos de ação que objetivem o alcance de resultados desejados pela escola. “Cada um dos 10 módulos é trabalhado em uma oficina de 12 horas para os trios gestores e de 16 horas para supervisores” (MOFACTO, 2014, p.42).

Para os professores das escolas parceiras do Jovem de Futuro, que atuam na aplicação das metodologias, no primeiro semestre de 2015 foram ofertadas 30 mil vagas para formações em oito metodologias pedagógicas em cursos de educação a distância. No quadro abaixo, apresentamos as metodologias do programa.

Quadro 3: Metodologias do Programa Jovem de Futuro

AGENTE JOVEM	METODOLOGIA DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO
Entendendo o Meio ambiente urbano	Metodologia pedagógica
Entre Jovens-Língua Portuguesa	Metodologia pedagógica
Entre Jovens – Matemática	Metodologia pedagógica
Introdução ao mundo do trabalho	Metodologia pedagógica
Jovem Cientista	Metodologia pedagógica
Valor do Amanha na Educação	Metodologia pedagógica

Fonte: Instituto Unibanco, 2014.

Com duração de 40 horas, a formação para os professores está dividida em quatro módulos: panorama da metodologia; discussão de temas relacionados ao conteúdo da metodologia; passo a passo para a implementação da metodologia na escola; e reflexão sobre a prática realizada na unidade de ensino. A formação acontece no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Instituto Unibanco, sempre com o acompanhamento de um tutor especializado e a apresentação de conteúdos em vídeo, animações e textos, além da realização de atividades de verificação da aprendizagem.

Questionamos também qual o papel do professor nesse programa? A formação proposta é utilitarista, em que a teoria está dissociada da prática. Nessa proposta de formação, o saber fazer torna-se a competência mais importante para o professor, a formação não propõe uma reflexão teórica que aprofunde os principais objetivos do programa.

Esse tipo de formação é de interesse das empresas privadas em que a aplicação prática está descolada das reflexões políticas e filosóficas, uma espécie de treinamento no modelo empresarial. Também faz parte desse processo, a alteração da lógica de gestão, de democrática para gerencial, que é um componente chave da maioria das versões de privatização, ameaçando alterar tanto as formas quanto o conteúdo do trabalho na escola, atingindo diretamente a cultura escolar e a relação estabelecida entre professores, alunos e comunidade conforme Caetano (2015).

No sentido de controlar as ações do projeto Jovem de Futuro, o Instituto Unibanco desenvolveu uma Plataforma online de gestão de projetos das escolas e formação a distância. A plataforma permite às escolas construir os seus Planos de Ação, de forma alinhada às diretrizes do MEC (PDE Interativo, outros programas do Ministério ou mesmo outras fontes de financiamento). Após a aprovação do plano, é possível o acompanhamento da execução das ações para identificar desvios em relação ao que foi planejado, seja em relação ao tempo ou ao orçamento. É uma forma de controle externo à escola (PERONI; CAETANO, 2014).

A ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições) é elevada à condição

de pilares da educação contemporânea (FREITAS, 2012). A escola sofre as consequências desse modelo, dificultando um trabalho cooperativo, criativo e democrático. Dessa forma, perde-se a identidade da escola como espaço de formação humana e o professor perde a autonomia pedagógica para desenvolver seu trabalho na sala de aula.

No avanço dos processos de privatização sobre a educação pública nos mais diferentes formatos, o essencial na educação passa a ser não mais o conteúdo da realidade, mas as técnicas de aplicação. A tecnologia torna-se o meio eficaz de obter a maximização da produção e garantir o funcionamento de um determinado tipo de sociedade nos moldes do sistema do capital e do mercado.

Considerações finais

O Estado vem redefinindo seu papel para com a educação pública, repassando, por opção política, para o terceiro setor ou mercado parte da sua função, já que o Estado apresenta limites, à medida que amplia sua atuação na educação básica. Partindo dessa premissa, avançam as formas de privatização que vêm alterando a maneira como a educação é planejada, organizada, gerida e como o currículo é definido. Também altera a forma como o desempenho dos alunos é avaliado.

Nessa mesma abordagem, essas tendências alteram o conteúdo da educação através da formação dos professores; dos termos e condições de contratos e salários dos professores; a natureza das atividades dos professores no cotidiano e a forma de trabalho na escola. O investimento pelas empresas privadas na formação dos professores e gestores e a alteração da lógica de gestão, de democrática para gerencial, é um componente chave da maioria das versões de privatização, ameaçando alterar tanto as formas quanto o conteúdo do trabalho na escola, atingindo diretamente a cultura escolar e a relação estabelecida entre professores, alunos e comunidade.

A relação de ensino e aprendizagem se modifica a partir do momento em que a ênfase passa a ser dada aos resultados e não ao processo. Há um controle sobre o processo de ensino e aprendizagem através da formação dos gestores e professores e também através do

currículo. Temos então um viés claramente tecnicista com o uso de manuais, apostilas, guias e a avaliação padronizada externa.

Essas mudanças introduzem uma nova cultura com uma nova linguagem, um novo conjunto de incentivos e um novo conjunto de papéis, posições e identidades. Dessa forma, modifica-se, conseqüentemente, o significado da educação, alterando o significado de ser um professor, aluno, pai, formando uma visão hegemônica mercantil.

Estamos assistindo realmente à privatização da dimensão política da educação, dimensão da “coisa pública”, de modo que, em última análise, há implicações na relação democrática entre Estado e sociedade, bem como a despolitização dos quadros educacionais. Isso gera implicações profundas para a educação, para a sociedade e para a democracia.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, p. 263-282, 2014. Número especial.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 110-122, 2014.

BALL, S.; YOUDELL, D. **Hidden Privatisation in Public Education**. Bruxelas: University of London, 2008. Disponível em: <http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/Endogenous%20Privatization%20Stephen%20Ball_ENGLISH.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Ensino Médio Inovador. **Documento Orientador**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15134&Itemid=1071>. Acesso em: 19 dez. 2014.

CAETANO, Maria Raquel. **Relações entre o público e o privado**: a gestão pedagógica da educação no Programa Circuito Campeão do Instituto

Ayrton Senna (2007-2010). 2013. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

_____. Ensino Médio no Brasil e privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, v. XXIV, p. 84-99, 2015.

CAETANO, M. R.; PERONI, V. M. V. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e as fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

CLADE. **Seminário Privatización de la Educación en América Latina y Caribe**. Santiago: Chile, 2012. Disponível em: <http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/CLADE_Privatizacao_espanhol.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. 2012. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/relatorio>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

_____. **Relatório de Atividades**. 2013. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/relatorio>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

_____. **Programa Jovem de Futuro**. Disponível em: <http://www.portalinstitutounibanco.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=8>. Acesso em: 30 out. 2014.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. **Conferência de Abertura do II Encontro de São Lazaro**. Salvador: UFBA, 2011.

_____. **Para além do Capital**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MOFACTO, Elisabete Santos. **Curso de Formação “Gestão Escolar para Resultados**: uma análise a luz da experiência da implementação do Programa Ensino Médio Inovador em conjunto com o projeto Jovem de Futuro. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2014.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PERONI, V. M. V. (Org.). A privatização do público: implicações para a democratização da educação. In: _____. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília, DF: Líber Livros, 2013.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. Relações entre o público e o privado na educação: o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco. In: IX Encontro Nacional da ANPAE Sudeste, 9., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICID, 2014.